

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de
dezembro de 2020 com
relatório do auditor
independente**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	14



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

1) A companhia

A PPTE é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas);

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	511,03
Extensão em kV:	230/440
Subestações:	5

3) Desempenho Financeiro:

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 137.756.927 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 111.297.068 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
• Liquidez geral	2,82	2,65
• Liquidez corrente	2,02	1,37
• Relação patrimônio líquido/ativo	64,52%	62,23%
• Relação passivo não circulante/ativo	26,33%	27,69%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	22,97%	22,50%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	27,84%	22,40%
Ativo total	465.084	433.779
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(68.913)	(60.723)

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2021.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de junho de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

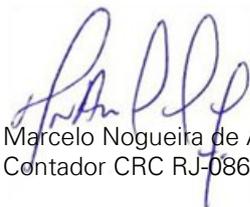
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	55.150	45.876
Concessionárias e permissionárias	10	13.728	9.553
Contas a receber - partes relacionadas	29	4.149	1.607
Estoques		1.571	1.057
Adiantamento a fornecedores		1.035	1.210
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	9.405	131
Outros impostos a recuperar	11	1	1
Outros ativos circulantes		961	655
		86.000	60.090
Ativo não circulante			
Impostos diferidos			
Títulos e valores mobiliários	9	4.063	-
Outros ativos não circulantes		55	1.861
Imobilizado não vinculado à concessão		2.136	2.402
Intangível não vinculado à concessão		94	127
Imobilizado	12	375.514	372.739
Intangível	13	3.748	3.751
		385.610	380.880
Total do ativo		471.610	440.970

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	14	3.409	13.461
Fornecedores - partes relacionadas	29	868	685
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	8.549	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	10.450	3.995
Outros impostos a pagar	16	3.600	5.072
Taxas regulamentares	17	2.752	2.201
Dividendos propostos	21	8.090	15.746
Outros passivos circulantes	18	4.850	2.553
		42.568	43.713
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	115.823	113.506
Fornecedores partes relacionadas	29	20	20
Provisão para contingências	19	55	62
Outros passivos não circulantes	20	13.699	14.365
		129.597	127.953
Patrimônio líquido	21		
Capital social		214.035	214.035
Reserva de Lucros		124.226	124.261
Reserva Legal		22.079	20.040
Prejuízo acumulado		(60.895)	(89.032)
		299.445	269.304
Total do passivo e do patrimônio líquido		471.610	440.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.**Demonstrações dos resultados**

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	22	113.918	93.071
Custo da operação	23	<u>(21.638)</u>	<u>(25.165)</u>
Lucro bruto		92.280	67.906
Despesas gerais e administrativas	24	(6.526)	(5.635)
Outras despesas/receitas operacionais	25	<u>(2.206)</u>	<u>(1.818)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		83.548	60.453
Resultado financeiro	27	<u>(6.444)</u>	<u>4.996</u>
Receita financeira		701	5.779
Despesa financeira		(7.145)	(783)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>77.104</u>	<u>65.449</u>
Imposto de renda e contribuição social		(8.191)	(5.355)
Lucro líquido do exercício		<u>68.913</u>	<u>60.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	68.913	60.094
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>68.913</u>	<u>60.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Prejuízos Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	214.035	17.666	177.633	(101.646)	307.688
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Constituição de reserva especial de ágio	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	60.094	60.094
Juros sobre capital próprio	-	-	(18.478)	-	(18.478)
Constituição de reserva legal	-	2.374	-	(2.374)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	45.106	(45.106)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 30 de abril de 2019	-	-	(80.000)	-	(80.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	214.035	20.040	124.261	(89.032)	269.304
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	68.913	68.913
Juros sobre capital próprio conf. AGO de 28 de dezembro de 2020 9 (nota explicativa 17)	-	-	(9.518)	-	(9.518)
Constituição de reserva legal	-	2.039	-	(2.039)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	38.737	(38.737)	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 08 de julho de 2020	-	-	(29.254)	-	(29.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	214.035	22.079	124.226	(60.895)	299.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	77.104	65.449
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	10.867	-
Depreciação e amortização	12.532	10.544
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90)	(396)
Provisão para contingência	(7)	2
 (Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(4.085)	562
Contas a receber - partes relacionadas	(2.542)	(353)
Estoques	(514)	2.175
Impostos a recuperar	(9.275)	82
Adiantamentos a fornecedores	175	(105)
Outros ativos	1.500	872
 Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(10.052)	12.238
Fornecedores partes relacionadas	183	6
Tributos e contribuições sociais	8.942	(925)
Taxas regulamentares	551	(775)
Outros passivos	1.633	619
Impostos pagos	(13.580)	(11.183)
 Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>73.342</u>	<u>78.812</u>
 Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(15.005)	(95.128)
Títulos e valores mobiliários	(4.063)	-
 Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(19.068)</u>	<u>(95.128)</u>
 Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos captados	-	112.310
Financiamentos pagos	-	(37)
Dividendos pagos	(29.293)	(80.274)
Juros sobre capital próprio pagos	(15.707)	-
 Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(45.000)</u>	<u>31.999</u>
 Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>9.274</u>	<u>15.683</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>45.876</u>	<u>30.193</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>55.150</u>	<u>45.876</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTe" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 17 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

1.1. Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 490 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 111.297 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 137.757 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da Cofins, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020.
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020.
- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020.
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio
- (ii) Implementação do Protocolo Covid-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens;
- (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa;
- (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio;
- (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitassem;
- (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp;
- (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da Covid19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade;
- (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos;
- (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho;
- (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades;
- (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes;
- (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto;
- (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70;

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Impacto nas demonstrações financeiras

No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP.

No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

4. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 10 - Imobilizado e 11- Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

5. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

5.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

5.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

5.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

5.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6. Normas e interpretações novas e revisadas

6.1 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

- Contratos onerosos (alterações ao CPC 25)
- Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

7. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		86.000	97.130	183.130	60.090	106.879	166.969
Caixa e equivalentes de caixa		55.150	-	55.150	45.876	-	45.876
Concessionárias e permissionárias		13.728	-	13.728	9.553	-	9.553
Contas a receber – partes relacionadas		4.149	-	4.149	1.607	-	1.607
Adiantamentos a fornecedores		1.035	-	1.035	1.210	-	1.210
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		9.405	-	9.405	131	-	131
Impostos a recuperar		1	-	1	1	-	1
Estoques		1.571	-	1.571	1.057	-	1.057
Ativos de contrato	a	-	97.130	97.130	-	106.879	106.879
Outros ativos circulantes		961	-	961	655	-	655
Ativo não circulante		385.610	(20.673)	364.937	380.880	(2.528)	378.352
Títulos e valores mobiliários		4.063	-	4.063	-	-	-
Ativos de contrato	a	-	358.313	358.313	-	373.729	373.729
Impostos diferidos		-	-	-	-	-	-
Contas a receber - partes relacionadas		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		55	-	55	1.861	-	1.861
Imobilizado não vinculado à concessão		2.136	-	2.136	2.402	-	2.402
Intangível não vinculado à concessão		94	-	94	127	-	127
Imobilizado	b	375.514	(375.277)	237	372.739	(370.542)	197
Intangível	b	3.748	(3.709)	39	3.751	(3.715)	36
		471.610	76.457	548.067	440.970	104.351	545.321

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		42.568	-	42.568	43.713	-	43.713
Fornecedores - terceiros		3.409	-	3.409	13.461	-	13.461
Fornecedores - partes relacionadas		868	-	868	685	-	685
Empréstimos e financiamentos com terceiros		8.549	-	8.549	5.072	-	5.072
Imposto de renda e contribuição social a pagar		10.450	-	10.450	3.995	-	3.995
Tributos e contribuições sociais		3.600	-	3.600	2.201	-	2.201
Taxas regulamentares		2.752	-	2.752	15.746	-	15.746
Dividendos propostos		8.090	-	8.090	2.553	-	2.553
Outros passivos circulantes		4.850	-	4.850	-	-	-
Passivo não circulante		129.597	82.039	211.636	127.953	81.796	209.749
Empréstimos e financiamentos com terceiros		115.823	755	116.578	113.506	-	113.506
Fornecedores partes relacionadas		20	-	20	20	-	20
Provisão para contingências		55	-	55	62	-	62
Impostos diferidos	c	-	94.983	94.983	-	96.161	96.161
Outros passivos não circulantes	g	13.699	(13.699)	-	14.365	(14.365)	-
Patrimônio líquido		299.445	(5.582)	293.863	269.304	22.555	291.859
Capital social		214.035	-	214.035	214.035	-	214.035
Reserva de lucros		124.226	(66.477)	57.749	124.261	(66.477)	57.784
Reserva legal		22.079	-	22.079	20.040	-	20.040
Lucro (prejuízo) acumulado	d/e	(60.895)	60.895	-	(89.032)	89.032	-
		471.610	76.457	548.067	440.970	104.351	545.321

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	113.918	(19.647)	94.271	93.071	86.683	179.754
Custo da operação	e	(21.638)	(1.924)	(23.562)	(25.165)	(82.843)	(108.008)
Lucro bruto		92.280	(21.571)	70.709	67.906	3.840	71.746
Despesas gerais e administrativas		(6.526)	-	(6.526)	(5.635)	-	(5.635)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(2.206)	-	(2.206)	(1.818)	-	(1.818)
Resultado antes do resultado financeiro		83.548	(21.571)	61.977	60.453	3.840	64.293
Resultado financeiro		(6.444)	-	(12.184)	4.996	(7.553)	(2.557)
Receita financeira		701	-	701	5.779	14	5.793
Despesa financeira		(7.145)	(5.740)	(12.885)	(783)	(7.567)	(8.350)
Lucro antes dos impostos		77.104	(27.311)	49.793	65.449	(3.713)	61.736
Imposto de renda e contribuição social	c	(8.191)	(825)	(9.016)	(5.355)	(8.902)	(14.257)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		68.913	(28.136)	40.777	60.094	(12.615)	47.479

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

7.1. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Líquido societário	293.863	291.859
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(455.443)	(480.608)
Impostos diferidos ativos	-	-
Imobilizado	375.277	372.542
Intangível	3.709	3.715
Impostos diferidos passivos	94.983	96.161
Empréstimos - Societário	755	
Outros passivos circulantes	(13.699)	(14.365)
Patrimônio Líquido regulatório	299.445	269.304

7.2. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>40.777</u>	<u>47.479</u>
Prejuízo (lucro) líquido conforme contabilidade societária		
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(66.683)	(63.187)
Margem de construção	98.885	60.510
Outras receitas	2.917	187
PIS/COFINS Diferido	(2.003)	8.835
Depreciação regulatória	(11.545)	(10.185)
Juros sobre empréstimo - Societário	5.740	7.553
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	825	8.902
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	68.913	60.094

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Empréstimos e financiamentos

Refere-se ao projeto NOVA PORTO PRIMAVERA SUBSTATION - AUTOTRANSFORMER ATR3 AND SECTOR 440 kV/ 230KV 3X150 conforme Resolução nº 6.687/2017. De acordo com o item 22 do ICPC 01(R1) os custos de empréstimos na fase de construção devem ser despesas para fins societários no período em que são incorridos e segundo o manual de contabilidade do Setor Elétrico, os custos de juros de empréstimos constituirão o valor do ativo capitalizado. A despesas com assessorias financeiras não compõem o custo do ativo capitalizado.

d) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

e) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

f) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFSs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

g) Obrigações especiais

Diferença entre a Demonstração Contábil Regulatória (DCR) e a Demonstração Financeira Societária (DF) referente as obrigações especiais, que na DF para uma melhor apresentação foi absorvida do total do ativo imobilizado em serviço e na DCR para uma melhor apresentação das movimentações do imobilizado, foi mantido os registros das obrigações especiais em outros passivos não circulantes e no ativo imobilizado.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	1	1
Banco	9.080	925
Aplicações financeiras	46.069	44.950
	<u>55.150</u>	<u>45.876</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 101,33% do CDI.

9. Títulos e valores imobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Conta reserva - financiamentos	4.063	-
	<u>4.063</u>	<u>-</u>

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.,

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vincenda de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, conforme apuração feita pela Agente Fiduciário no primeiro dia útil do sexto mês anterior à cada data de pagamento.

Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios.

A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica "Dívida Financeira Líquida/EBITDA" inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

10. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	12.913	9.414
Vencidas até 30 dias	8	46
Vencidas até 60 dias	22	10
Vencidas até 90 dias	8	10
Vencidas até 120 dias	-	17
Vencidas até 180 dias	-	45
Vencidas há mais de 180 dias	938	262
	<u>13.889</u>	<u>9.804</u>
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(161)	(251)
	<u>13.728</u>	<u>9.553</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	(251)	(647)
Reversão	127	396
Adição	(37)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(161)</u>	<u>(251)</u>

11. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ saldo negativo	6.824	-
CSLL saldo negativo	2.581	131
	<u>9.405</u>	<u>131</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS e COFINS a recuperar	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

12.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)+(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	358.400	-	(70)	126.398	484.728	126.328	(140.204)	344.524	230.351
Terrenos	76	-	-	-	76	-	-	76	76
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.864	-	-	3.840	9.704	3.840	(2.587)	7.117	3.525
Máquinas e equipamentos	351.018	-	(64)	122.478	473.432	122.414	(136.417)	337.015	226.416
Veículos	1.190	-	-	80	1.270	80	(1.019)	251	254
Móveis e utensílios	252	-	(6)	-	246	(6)	(181)	65	80
Administração	301	-	-	89	390	89	(166)	224	187
Máquinas e equipamentos	178	-	-	89	267	89	(120)	147	94
Veículos	107	-	-	-	107	-	(37)	70	85
Móveis e utensílios	16	-	-	-	16	-	(9)	7	8
	358.701		(70)	126.487	485.118	126.417	(140.370)	344.748	230.538
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	142.190	32.496	(17.536)	(126.398)	30.752	(111.438)	-	30.752	142.190
Máquinas e equipamentos	442	172	(93)	(135)	386	(56)	-	386	442
Outros	141.748	32.324	(17.443)	(126.263)	30.366	(111.382)	-	30.366	141.748
Administração	11	92	-	(89)	14	3	-	14	11
Máquinas e equipamentos	11	92	-	(89)	14	3	-	14	11
	142.201	32.588	(17.536)	(126.487)	30.766	(111.435)	-	30.766	142.201
Ativo imobilizado	500.902	32.588	(17.606)	-	515.884	14.982	(140.370)	375.514	372.739

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2020		31/12/2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	7,81%	484.728	(140.204)	344.524
Administração	7,51%	390	(166)	224
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	3.020	(884)	2.136
		488.138	(141.254)	346.884
				232.940

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2020

Adições do ativo imobilizado em curso	Valor
Máquinas e Equipamentos	173
Veículos	356
Móveis e Utensílios	23.989
Adiantamentos a Fornecedores	7.978
	32.496

12.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2020

Descrição do bem	Grupo	Valor
Transmissão		
Autotransformador de Força TF3 Fase A, 90/120/150 MVA, ligação estrela aterrada/delta, tensão nominal 440 kV CST (mais ou menos 2x2,5%) / 230 kV CDC (mais ou menos 16x0,625%) - 13,8 kV, YNa0d1 OFAF, Tensão primária [V]: 254.034	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.715
Autotransformador de Força TF3 Fase B, 90/120/150 MVA, ligação estrela aterrada/delta, tensão nominal 440 kV CST (mais ou menos 2x2,5%) / 230 kV CDC (mais ou menos 16x0,625%) - 13,8 kV, YNa0d1 OFAF, Tensão primária [V]: 254.034	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.715
Autotransformador de Força TF3 Fase C, 90/120/150 MVA, ligação estrela aterrada/delta, tensão nominal 440 kV CST (mais ou menos 2x2,5%) / 230 kV CDC (mais ou menos 16x0,625%) - 13,8 kV, YNa0d1 OFAF, Tensão primária [V]: 254.034	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.715
Disjuntor Maior ou igual que 69 kV 8092, Tensão [V]: 550.000, Corrente nominal [A]: 4.000, Tipo de isolamento: a Gas (SF6), Local de instalação: Externo, Capacidade de interrupção [kA]: 50,00, Siemens, modelo 3AP2 FI, local: Vao C de 440 kV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.989
Disjuntor Maior ou igual que 69 kV 8062, Tensão [V]: 550.000, Corrente nominal [A]: 4.000, Tipo de isolamento: a Gas (SF6), Local de instalação: Externo, Capacidade de interrupção [kA]: 50,00, Siemens, modelo 3AP2 FI, local: Vao B de 440 kV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.989
Disjuntor Maior ou igual que 69 kV 8032, Tensão [V]: 550.000, Corrente nominal [A]: 4.000, Tipo de isolamento: a Gas (SF6), Local de instalação: Externo, Capacidade de interrupção [kA]: 50,00, Siemens, modelo 3AP2 FI, local: Vao A de 440 kV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.989
Disjuntor Maior ou igual que 69 kV 8082, Tensão [V]: 550.000, Corrente nominal [A]: 4.000, Tipo de isolamento: a Gas (SF6), Local de instalação: Externo, Capacidade de interrupção [kA]: 50,00, Siemens, modelo 3AP2 FI, local: Vao C de 440 kV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.541
Disjuntor Maior ou igual que 69 kV 8052, Tensão [V]: 550.000, Corrente nominal [A]: 4.000, Tipo de isolamento: a Gas (SF6), Local de instalação: Externo, Capacidade de interrupção [kA]: 50,00, Siemens, modelo 3AP2 FI, local: Vao B de 440 kV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.541
Disjuntor Maior ou igual que 69 kV 8022, Tensão [V]: 550.000, Corrente nominal [A]: 4.000, Tipo de isolamento: a Gas (SF6), Local de instalação: Externo, Capacidade de interrupção [kA]: 50,00, Siemens, modelo 3AP2 FI, local: Vao A de 440 kV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.541
Disjuntor Maior ou igual que 69 kV 8042, Tensão [V]: 550.000, Corrente nominal [A]: 4.000, Tipo de isolamento: a Gas (SF6), Local de instalação: Externo, Capacidade de interrupção [kA]: 50,00, Siemens, modelo 3AP2 FI, local: Vao B de 440 kV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.628
Administração		
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 3400, KIT COM TECLADO ALFANUMÉRICO E MOUSE, TRAVA DE SEGURANÇA COM CADEADO	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	67
NOTEBOOK DELL VOSTRO 14 5000	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	13
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 3400, KIT COM TECLADO ALFANUMÉRICO E MOUSE, TRAVA DE SEGURANÇA COM CADEADO - ICMS	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	7
NOTEBOOK DELL VOSTRO 14 5000	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	2

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

12.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2020

Descrição do bem	Grupo	Valor
Transmissão		
CONTROLADOR MICRO PROCESSADOR CALIBRADOR CPM49	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	13
SISTEMA DE COMUNICACAO, FABRICANTE BRASIL TELECOM, CONTENDO LINHA TELEFONICA COMERCIAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	9
FIREWALL CISCO ASA5505-BUN-K9(8PORTAS 10/100+10 USUARIOS)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	9
DISPOSITIVO DE DESCIDA ROLLGLISS R500(90MTS)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8
STORAGE NAS WD MY CLOUD EX4100 4 BAY 12TB 4 DISCOS DE 3TB USB 3.0	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	7
3-C31.19.PRG01_POLT PRE AR NY 60 AC CB(C31.0001),3-KIT DE RODIZIOS PU 60MM S/PESCOCO (KCADP0050)	MOVEIS E UTENSÍLIOS	6
TEODOLITO ELETRONICO SPECTRA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4
GERADOR DE ENERGIA BRANCO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4
MEDIDOR ULTRASSONICO DE ALTURA DE CABOS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
ALICATE DE CRIMPAR REFORCADO - TERMINAIS ISOLADO 9 - SATA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
ALICATE DE CRIMPAR 8 SATA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13. Intangível

13.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	3.708	-	-	2	3.710	2	(48)	3.662	3.669
Servidões	3.624	-	-	-	3.624	-	-	3.624	3.624
Softwares	84	-	-	2	86	2	(48)	38	45
Administração	35	-	-	-	35	-	(35)	-	-
Softwares	35	-	-	-	35	-	(35)	-	-
	3.743	-	-	2	3.745	2	(83)	3.662	3.669
Ativo intangível em curso									
Transmissão	45	6	-	(2)	49	4	-	49	45
Softwares	45	6	-	(2)	49	4	-	49	45
Administração	37	-	-	-	37	-	-	37	37
Softwares	37	-	-	-	37	-	-	37	37
	82	6	-	(2)	86	4	-	86	82
Ativo Intangível	3.825	6	-	-	3.831	6	(83)	3.748	3.751

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2020			31/12/2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão (i)	0,15%	3.710	(48)	3.662	3.669
Administração (i)	10,00%	35	(35)	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (i)	20,00%	165	(71)	94	127
		3.910	(154)	3.756	3.796

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

13.3. Principais adições do ativo intangível em curso em 2020

Adições do ativo intangível em curso	Valor
Softwares	6
	6

13.4. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2020

Descrição do bem	Grupo	Valor
Intangível - Transmissão		
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	2

13.5. Principais baixas do ativo intangível em serviço em 2020

Não houve baixa no ativo intangível em serviço em 2020.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

14. Fornecedores – terceiros

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para encerramento de obra (i)	1.310	
Fornecedores relacionados à construção (ii)	1.737	12.506
Gastos ambientais e fundiários	5	5
Prestadores de serviços	56	203
Outros	301	747
	<u>3.409</u>	<u>13.461</u>

- (i) Variação refere-se à constituição de provisão de fornecedores relativos ao encerramento de obra do projeto de reforço do autotransformador da subestação Nova Primavera
- (ii) Variação refere-se substancialmente a fornecedores de obras de projeto de melhoria e sistema de proteção e controle

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

15. Financiamentos - Terceiros

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures	mar/09	fev/29	Mensal	15/04/2019	Mensal	SAC	(i)	TJLP + 4,3% a.a	124.372	113.506
									124.372	113.506
Circulante									8.549	-
Não circulante									115.823	113.506
									124.372	113.506

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal
Debêntures	113.506	10.867	-	-	-
Total	113.506	10.867	-	-	-

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2018	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal
Santander - Subcrédito B + C	40	(3)	-	-	(37)
Debêntures	-	7.741	-	112.310	-
Total	40	7.738	-	112.310	(37)

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Banco Santander

A liquidação de todos os empréstimos da PPTTE com o Banco Santander ocorreu em 15 de dezembro de 2018 mediante a companhia ter recebido as respectivas autorizações para as devidas quitações. O valor de R\$ 39.713 se deve a uma parcela que não foi debitada pelo Banco Santander. O banco reconheceu o erro e efetuou o débito em janeiro de 2019.

Debêntures

Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310.000 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a.

c) Garantias

- Cessão de 35% dos direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, correspondendo a 22% da totalidade das ações da Companhia.
- Cessão de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH).

d) Covenants

Conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., os covenants financeiros serão apurados somente a partir dos dados da Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2021.

e) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	<u>Amortização</u>
2022	9.760
2023	13.092
2024	13.092
2025	13.092
2026-2029	67.542
	<u>116.578</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

16. Tributos e contribuições sociais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ	7.870	3.126
CSLL	2.580	869
	<u>10.450</u>	<u>3.995</u>
Imposto de renda retido na fonte	1.549	-
PIS	193	144
COFINS	889	665
Outros	969	4.263
	<u>3.600</u>	<u>5.072</u>

17. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(61)	(41)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	208	197
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	2.605	2.045
	<u>2.752</u>	<u>2.201</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 14 de agosto de 2020, através do Despacho nº 2.403 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 251.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 512.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

18. Outros passivos circulantes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão de férias	2.231	1.264
Provisão de bônus	2.228	861
Outros	391	428
	<u>4.850</u>	<u>2.553</u>

19. Provisão de contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Servidões	55	-
Trabalhista	-	62
	<u>55</u>	<u>62</u>

A movimentação dos processos prováveis está a seguir:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Servidões</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	62	-	62
Adições e reversões, líquidas	(62)	55	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	55	55

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cível	63	63
Trabalhista	-	50
Fiscal (i)	3.297	6.279
	<u><u>3.360</u></u>	<u><u>6.392</u></u>

(i) Processos finalizados ao longo de 2020.

20. Outros passivos não circulantes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigação especial	13.699	14.365
	<u><u>13.699</u></u>	<u><u>14.365</u></u>

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 214.035 dividido em 214.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir

	<u>2020 e 2019</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u><u>100%</u></u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	40.776	47.480
Reserva legal (5%)	<u>(2.039)</u>	<u>(2.374)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>38.737</u>	<u>45.106</u>
Dividendo mínimo obrigatório	388	451
Juros sobre capital próprio	<u>(9.518)</u>	<u>(18.478)</u>

Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 18.478 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.772 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$15.707. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo. Esse valor foi pago aos acionistas em 08 de agosto de 2020.

Em 2020 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2020, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 29.254. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 06 de agosto de 2020.

Em 28 de dezembro de 2020, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 9.518 referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.428 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 8.091, que será pago até dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2020.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

22. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional bruta	130.641	107.184
Receita de rateio de antecipação	(2.446)	153
Receita de encargos de transmissão	104.490	97.625
Receita de novas obras RBNI	18.672	2.731
Receita Rede de Fronteira	8.353	6.795
Receita de CCT	222	214
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(2.588)	(3.766)
Descontos Incidentes na TUST	3.892	4.497
Indisponibilidade de equipamentos	46	(1.065)
Deduções da receita operacional	(16.723)	(14.113)
PIS	(2.141)	(1.784)
COFINS	(9.864)	(8.216)
RGR	(3.136)	(2.825)
P&D	(1.139)	(929)
TFSEE	(443)	(359)
	113.918	93.071

23. Custo da operação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(7.631)	(9.379)
Material	(342)	(3.056)
Serviços de terceiros	(888)	(1.272)
Depreciação e amortização	(11.545)	(10.185)
Gastos diversos	(929)	(917)
Outros	(303)	(356)
	(21.638)	(25.165)

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

24. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(3.978)	(4.266)
Material	(99)	(73)
Serviços de terceiros	(535)	(696)
Arrendamentos e aluguéis	(88)	(84)
Seguros	(3)	(11)
Doações	(293)	(221)
Provisão/reversão (i)	(1.028)	139
(-) Recuperação de Despesas	31	-
Tributos	(5)	(6)
Depreciação e amortização	(51)	(44)
Outras	(477)	(373)
	<u>(6.526)</u>	<u>(5.635)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a baixa de depósitos judiciais devido a ajuste de preço na aquisição da empresa.

25. Outras (despesas) /receitas operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Rendas da prestação de serviços	388	114
Pessoal	(274)	(282)
Depreciação e Amortização	(314)	(315)
Tributo sobre a receita	(39)	(11)
Serviços de Terceiros	(328)	(4)
CCI sem receita atrelada	(1.612)	(1.320)
Outros	(27)	-
	<u>(2.206)</u>	<u>(1.818)</u>

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

26. Despesas de pessoal

Pessoal - operação	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	(4.921)	(5.933)
Encargos	(1.654)	(2.224)
Outros Benefícios - Corrente	(1.017)	(1.173)
Outros	(39)	(49)
	(7.631)	(9.379)

Pessoal - administração	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	(1.825)	(1.817)
Encargos	(797)	(911)
Benefícios	(412)	(316)
Outros	(444)	(498)
Administradores	(500)	(724)
	(3.978)	(4.266)
	(11.609)	(13.645)

27. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira (i)	701	5.779
Receitas de aplicações financeiras	743	5.461
Variações cambiais ativas	-	4
Outras receitas financeiras	19	596
Tributos sobre receitas financeiras	(61)	(282)
Despesa financeira (ii)	(7.145)	(783)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(5.920)	(818)
Juros e multas	(1.000)	(123)
Outras despesas financeiras	(225)	158
	(6.444)	4.996

(i) Variação refere-se substancialmente na redução de receita de aplicação financeira devido aos resgates ao longo de 2020.

(ii) Variação refere-se substancialmente no aumento da atualização monetária sobre debêntures.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

28.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	8	55.150	45.876
Títulos e valores mobiliários	9	4.063	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	29	4.149	1.607
Adiantamento a fornecedores		1.035	1.210
Concessionárias e permissionárias	10	13.728	9.553
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos - terceiros	15	124.372	113.506
Fornecedores - terceiros	14	3.409	13.461
Fornecedores - partes relacionadas	29	888	705

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

No caso da PPTE, onde as informações referentes a esta debênture estão disponíveis na base ANBIMA, o valor justo pode ser considerado através do cálculo da quantidade emitida multiplicada pelo PU calculado pela ANBIMA. Conforme cálculo abaixo:

Quantidade emitida [a]: 112.310
PU ANBIMA [b]: 1.186
Valor justo [a] x [b] = 133.156

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: R\$ 125.127.500
Cálculo valor justo: R\$ 127.600.367

28.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

29. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

29.1. Ativo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber - partes relacionadas	4.149	1.607
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.137	1.595
Outros	12	12

29.2. Passivo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	888	705
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	832	679
Aluguel (ii)	6	6
Serviços de engenharia SGSE (iii)	30	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	20	20

29.3. Resultado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado - partes relacionadas	14.476	2.040
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	14.742	2.152
Aluguel (ii)	(71)	(112)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(195)	-

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 15 de setembro de 2020 a PPTTE assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão IE Tibagi, na subestação de energia Nova Porto Primavera.

29.4. Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2020	31/12/2019
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
Salário	1.597	-
Benefícios diretos e indiretos	218	-
Encargos	860	-
Provisões (13 salário, férias e bônus)	1.704	-
Valor total da remuneração	4.379	-

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus. Em 2019 não havia pessoal chave da administração na folha da Companhia.

30. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	20	10.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.151	147.365
Veículos	Carros	1.489	1.517
		161.660	158.882

32. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 4.353. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
NPTE-PM-2018-2379	Nari	Contrato EPC para PPTE - 3o banco de transformador	26/04/2018	1.450
PPTE-PM-2020-3371	Nari	Cubículos in PPTE	11/08/2020	1.852
PPTEPM20203685	Dolar Engenharia	IPARO para PPTE-Cubiculos	30/11/2020	590
PPTEPM20203507	Nari	Remobilização	24/09/2020	462
				4.354

Cronograma de vencimento

2021

Em R\$

4.353

4.354